

**COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DE MANAUS****CNPJ: 01.566.038/0001-99****Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto****Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2018***Valores em Reais (R\$)*

Discriminação	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.557.682	(10.578.613)
Sobras Antes da Tributação e Participações	10.259.666	3.428.336
IRPJ / CSLL	(625.722)	(162.371)
Depreciações	295.521	278.971
Amortizações	10.263	14.040
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	14.422.464	11.877.468
Provisão de Juros ao Capital	(1.633.602)	(2.254.599)
Sobras / (Perdas) ajustadas	22.728.590	13.181.845
(Aumento) redução nos Ativos	(27.888.440)	(39.755.181)
Títulos e Valores Mobiliários	-	4.755
Operações de Crédito	(26.396.672)	(39.687.707)
Outros Créditos	(3.786.942)	(67.335)
Outros Valores e Bens	2.295.174	(4.894)
Aumento (redução) nos Passivos	7.717.532	15.994.723
Depósitos a Vista	3.947.026	2.263.334
Depósitos a Prazo	11.535.199	4.320.092
Relações Interdependências	(2.628)	1.890
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(6.740.068)	7.000.000
Outras Obrigações	(1.021.997)	2.409.407
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.262.352)	(870.406)
Aumento dos Investimentos	(348.463)	(565.465)
Aquisições do Imobilizado	(913.889)	(301.347)
Intangível	-	(3.594)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	617.761	(615.525)
Integralizações/Subscrições de Capital	1.184.723	1.218.193
Devolução de Capital	(1.956.360)	(3.277.287)
Movimentação do FATES	185.752	(207.829)
Incorporação de Cotas	1.203.646	1.651.403
Distribuições de Sobras		(5)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e Centralização Financeira)	1.913.091	(12.064.544)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	25.726.184	37.790.728
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre (Nota 4)	27.639.275	25.726.184
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.913.091	(12.064.544)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Asdrúbal Francisco Epaminondas de Melo
Presidente**Carlos Alves Diniz**
Diretor Executivo**Emerson Gomes Figueiredo**
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018	Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		84.454.742	69.577.843	Circulante		85.604.162	77.886.630
Disponibilidades		308.441	278.725	Depósitos	11	78.495.795	63.013.570
Relações Interfinanceiras	5	27.330.834	25.447.459	Depósitos à Vista		18.642.189	14.695.163
Centralização Financeira		27.330.834	25.447.459	Depósitos a Prazo		59.853.606	48.318.407
Operações de Crédito	6	51.680.729	40.208.689	Relações Interdependências		-	2.628
Operações de Crédito - Setor Privado		61.076.541	45.158.870	Recursos em Trânsito de Terceiros		-	2.628
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq.		(9.395.812)	(4.950.181)	Obrigações por Empréstimos e Repasses	12	259.932	7.000.000
Outros Créditos	7	4.537.160	750.218	Emprestimos no País - Outras Instituições		259.932	7.000.000
Avais e Fianças		429.354	366.731	Outras Obrigações		6.848.435	7.870.432
Rendas a Receber		1.043.154	140.619	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.		27.149	108.721
Diversos		3.511.557	522.866	Sociais e Estatutárias	13a	4.167.876	4.242.750
(-) Provisão para Outros Créditos		(446.905)	(279.998)	Fiscais e Previdenciárias	13b	261.638	255.039
Outros Valores e Bens	8	597.578	2.892.752	Diversos	13c	2.391.772	3.263.922
Outros Valores e Bens		571.179	2.792.708	Não Circulante		2.430.356	2.430.356
Despesas Antecipadas		26.399	100.044	Exigível a longo prazo		2.430.356	2.430.356
Não Circulante		55.128.110	53.669.374	Provisão para Demandas Judiciais	13c	2.430.356	2.430.356
Realizável a longo prazo		47.301.237	46.799.069	Patrimônio Líquido		51.548.334	42.930.231
Operações de Crédito	6	55.979.195	52.882.249	Capital Social	15a	30.827.985	29.860.285
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(8.677.958)	(6.083.180)	Reservas de Sobras		15.444.120	12.428.190
Investimentos	9	4.526.680	4.178.218	Sobras / Perdas		5.276.229	641.756
Ações e Cotas		4.526.680	4.178.218				
Imobilizado de uso	10	3.282.524	2.664.156				
Outras Imobilizações de Uso		2.868.211	1.954.322				
Imóveis de Uso		2.706.881	2.706.881				
(-) Depreciações Acumuladas		(2.292.568)	(1.997.047)				
Intangível		17.669	27.931				
Softwares		85.355	116.214				
(-) Amortizações Acumuladas		(67.686)	(88.283)				
TOTAL DO ATIVO		139.582.852	123.247.217	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		139.582.852	123.247.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações

Asdrúbal Francisco Epaminondas de Melo
Presidente

Carlos Alves Diniz
Diretor Executivo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DE MANAUS
CNPJ: 01.566.038/0001-99

Demonstração das Sobras ou Perdas

Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	NOTA	30/06/2019	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		18.870.736	34.190.352	25.506.276
Operações de Crédito	16	18.870.736	34.190.352	25.505.803
Títulos e valores mobiliários		-	-	473
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(13.303.305)	(17.769.702)	(14.894.323)
Operações de Captação no Mercado	11b	(1.635.050)	(3.184.994)	(2.940.349)
Operações de Empréstimos e Repasses		(5.290)	(162.244)	(76.506)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(11.662.965)	(14.422.464)	(11.877.468)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.567.431	16.420.650	10.611.953
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(3.417.801)	(7.879.208)	(7.274.585)
Receitas de Prestação de Serviços		848.799	1.304.117	935.043
Receitas de Tarifas Bancárias		663.354	1.329.498	900.740
Despesas de Pessoal	17	(3.713.252)	(7.007.361)	(5.780.283)
Outras Despesas Administrativas	18	(3.702.600)	(6.511.342)	(5.681.657)
Despesas Tributárias		(74.543)	(243.190)	(87.978)
Outras Receitas Operacionais	19	2.822.587	3.655.856	1.469.243
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		794.618	1.548.007	1.813.730
Outras Despesas Operacionais	20	(1.056.764)	(1.954.793)	(843.423)
RESULTADO OPERACIONAL		2.149.630	8.541.442	3.337.368
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21	2.166.808	1.718.224	90.968
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		4.316.438	10.259.666	3.428.336
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(462.150)	(625.722)	(162.371)
Provisão para Imposto de Renda		(283.594)	(397.425)	(89.364)
Provisão para Contribuição Social		(178.556)	(228.297)	(73.007)
RESULTADO ANTES DO JUROS AO CAPITAL		3.854.288	9.633.944	3.265.965
Juros Sobre o Capital Próprio	22	(741.061)	(1.633.602)	(2.254.599)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		3.113.227	8.000.342	1.011.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Asdrúbal Francisco Epaminondas de Melo
Presidente

Carlos Alves Diniz
Diretor Executivo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DE MANAUS
CNPJ: 01.566.038/0001-99
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018



Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Sobras		Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
		Fundo de Reserva	Reserva Estatutaria		
Saldos em 31 de dezembro 2017	27.799.889	12.160.344	-	2.574.157	42.534.390
Integralizações/Subscrições de Capital	1.218.193	-	-	-	1.218.193
Incorporação de Sobras	2.468.087	-	-	(2.468.087)	-
Destinação das Sobras	-	-	-	(5)	(5)
Devolução de Capital	(3.277.287)	-	-	-	(3.277.287)
Incorporação de Juros ao Capital	1.651.403	-	-	-	1.651.403
Sobras do Exercício	-	-	-	1.011.366	1.011.366
Destinações:					
Fundo de Reserva	-	267.846	-	(267.846)	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	-	(207.829)	(207.829)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	29.860.285	12.428.190	-	641.756	42.930.231
Integralizações/Subscrições de Capital	1.184.723	-	-	-	1.184.723
Incorporação de Sobras	535.691	-	-	(535.691)	-
Devolução de Capital	(1.956.360)	-	-	-	(1.956.360)
Incorporação de Juros ao Capital	1.203.646	-	-	-	1.203.646
Sobras do Exercício	-	-	-	8.000.342	8.000.342
Ajuste de FATES	-	-	-	616.599	616.599
Destinações:					
Fundo de Reserva	-	2.585.083	-	(2.585.083)	-
Fundo Assemblear de Relacionamento Institucional - FARI	-	-	430.847	(430.847)	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	-	(430.847)	(430.847)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	30.827.985	15.013.273	430.847	5.276.229	51.548.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Asdrúbal Francisco Epaminondas de Melo
Presidente

Carlos Alves Diniz
Diretor Executivo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE MANAUS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018****Valores em Reais (R\$)****1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE MANAUS - SICOOB UNIAM**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10 de setembro de 1996, filiada à **CCC BRASIL CENTRAL AMAZONIA OCIDENTAL MUNIC UBÁ – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIAM** possui **4** Postos de Atendimento (PAs) em **MANAUS - AM**.

O **SICOOB UNIAM** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “*pro rata temporis*” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em títulos e valores mobiliários

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na Caixa Econômica Federal.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**

4. Caixa e Equivalente de caixa

Em **31 de Dezembro de 2019** e de **2018** as disponibilidades estavam assim representadas:

As Aplicações financeiras apresentadas no quadro abaixo possui características de equivalente de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008, somadas as disponibilidades representam o caixa e os equivalentes de caixa, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	308.441	278.725
Relações interfinanceiras - centralização financeira	27.330.834	25.447.459
TOTAL	27.639.275	25.726.184

5. Relações Interfinanceira

Em **31 de dezembro de 2019** e **2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	27.330.834	25.447.459
TOTAL	27.330.834	25.447.459

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **31/12/2019** e **31/12/2018** foram, respectivamente, R\$ 1.548.007 e R\$ 1.813.730 com taxa média de 101% do CDI nos respectivos períodos.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	53.301.595	45.431.953	98.733.548	82.657.951
Financiamentos	7.774.946	10.547.242	18.322.188	15.383.168
Total de Operações de Crédito	61.076.541	55.979.195	117.055.736	98.041.119
(-) Provisões para Operações de Crédito	(9.395.812)	(8.677.958)	(18.073.770)	(11.033.361)
TOTAL	51.680.729	47.301.237	98.981.966	87.007.758

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
A	0,50%	Normal	19.201.366	5.099.263	24.300.629	(121.503)	40.899.782	(204.499)
B	1%	Normal	16.372.665	2.661.353	19.034.018	(190.340)	15.411.462	(154.115)
B	1%	Vencidas	77.942	76.042	153.984	(1.540)	190.095	(1.901)
C	3%	Normal	16.414.655	5.436.077	21.850.732	(655.522)	20.634.915	(619.047)
C	3%	Vencidas	446.495	91.557	538.052	(16.142)	1.175.975	(35.279)
D	10%	Normal	16.216.732	2.043.498	18.260.230	(1.826.023)	4.924.436	(492.444)
D	10%	Vencidas	6.004.748	561.530	6.566.278	(656.628)	896.117	(89.612)
E	30%	Normal	4.624.251	1.191.831	5.816.082	(1.744.825)	2.528.862	(758.659)
E	30%	Vencidas	1.473.140	538.975	2.012.115	(603.635)	1.324.225	(397.267)
F	50%	Normal	4.912.329	155.659	5.067.988	(2.533.994)	542.151	(271.075)
F	50%	Vencidas	3.749.700	61.416	3.811.116	(1.905.558)	1.774.486	(887.243)
G	70%	Normal	740.241	-	740.241	(518.168)	310.593	(217.415)
G	70%	Vencidas	5.255.787	92.145	5.347.932	(3.743.553)	1.744.056	(1.220.839)
H	100%	Normal	895.565	-	895.565	(895.565)	488.223	(488.223)
H	100%	Vencidas	2.347.932	312.842	2.660.774	(2.660.774)	5.195.743	(5.195.743)
Total Normal			79.377.804	16.587.681	95.965.485	(8.485.940)	85.740.424	(3.205.477)
Total Vencidos			19.355.744	1.734.507	21.090.251	(9.587.829)	12.300.695	(7.827.884)
Total Geral			98.733.548	18.322.188	117.055.736	(18.073.769)	98.041.119	(11.033.361)
Provisões			(16.589.445)	(1.484.325)	(18.073.770)		(11.033.361)	
Total Líquido			82.144.103	16.837.863	98.981.966		87.007.758	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	27.687.154	25.614.441	45.431.953	98.733.548
Financiamentos	2.489.179	5.285.767	10.547.242	18.322.188
TOTAL	30.176.333	30.900.207	55.979.195	117.055.736

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.995.227	317.744	3.312.971	3%
Setor Privado - Serviços	68.653.986	9.632.437	78.286.423	67%
Pessoa Física	27.084.335	8.372.007	35.456.342	30%
TOTAL	98.733.548	18.322.188	117.055.736	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	11.033.361	8.365.892
Constituições / Reversões	14.255.557	11.958.085
Transferência para Prejuízo	(7.215.148)	(9.290.616)
TOTAL	18.073.770	11.033.361

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	5.481.162	5,00%	5.157.411	5,00%
10 Maiores Devedores	40.044.862	34,00%	33.803.342	34,00%
50 Maiores Devedores	71.519.726	61,00%	59.014.479	60,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	23.777.218	15.208.050
Valor das Operações Transferidas	7.215.148	9.290.616
Valor das Operações Recuperadas no Período	(5.302.429)	(721.448)
TOTAL	25.689.938	23.777.218

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outros Créditos	1.025.603	227.352
Avais e Fianças Honrados (I)	429.354	366.731
Rendas a Receber	1.043.154	140.619
(-) Provisão para Outros Créditos	(446.905)	(279.998)
(-) Com características de crédito (III)	(337.608)	(279.998)
(-) Sem características de crédito	(109.297)	-
Diversos	3.511.557	522.866
Outros Adiantamentos e Antecipações	3.405	8.892
Impostos e contribuições a compensar	431.988	108
Pagamentos a ressarcir	109.764	-
Títulos e créditos a receber (II)	2.608.039	-
Valores a receber - Tarifas	106.881	68.381
Devedores diversos - país	251.480	445.485
TOTAL	4.537.159	750.218

(I) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(II) Valor a receber proveniente de vendas de Bens Não de Uso (BNDU), com recebimento parcelado.

(III) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E 30% Vencidas	72.562	72.562	(21769)	71.306	(21.392)
F 50% Vencidas	8.579	8.579	(4.290)	64.755	(32.378)
G 70% Vencidas	122.213	122.213	(85.549)	14.802	(10.361)
H 100% Vencidas	226.000	226.000	(226.000)	215.867	(215.867)
Total Vencidos	429.354	429.354	(337.608)	366.730	(279.998)
Total Geral	429.354	429.354	(337.608)	366.730	(279.998)
Provisões	(337.608)	(337.608)		(279.998)	
Total Líquido	91.746	91.746		86.732	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	570.000	2.792.708
Estoque de cartões provisórios	1.179	-
Despesas Antecipadas (II)	26.399	100.044
TOTAL	597.578	2.892.752

(I) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista e IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em Cooperativa Central de Crédito – Sicoob UNI	4.104.548	3.840.096
Participações Inst. Financ. controlada Coop Crédito - Bancoob	422.132	338.122
TOTAL	4.526.680	4.178.218

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (I)	879.377	147.102	
Terrenos	60.000	60.000	
Edificações	2.646.881	2.646.881	
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(1.158.116)	(1.052.241)	4%
Instalações	272.393	238.893	
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(66.702)	(41.496)	10%
Móveis e equipamentos de Uso	617.244	553.181	
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(419.855)	(391.345)	10%
Sistema de Comunicação	27.027	25.587	
Sistema de Processamento de Dados	529.868	476.105	20%
Sistema de Segurança	393.975	365.125	10%
Sistema de Transporte	148.328	148.329	
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(647.896)	(511.965)	20%
TOTAL	3.282.524	2.664.156	

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	18.642.189	14.695.163
Depósito a Prazo	59.853.606	48.318.407
TOTAL	78.495.795	63.013.570

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	4.157.088	5,00%	2.702.200	4,00%
10 Maiores Depositantes	25.418.751	33,00%	15.902.900	25,00%
50 Maiores Depositantes	50.386.723	65,00%	37.552.113	60,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.082.935)	(2.850.953)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(102.059)	(89.396)
TOTAL	(3.184.994)	(2.940.349)

12. Relações Interfinanceiras e obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
Cooperativa Central	259.932	7.000.000
TOTAL	259.932	7.000.000

As despesas dessa transação resultaram em 2019 o montante de R\$ 162.244 (R\$ 76.506 em 2018) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Operações de Empréstimos e Repasses”.

13. Outras Obrigações

a) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (I)	1.819.296	2.419.589
Resultado de Atos com não Associados (I)	998.584	604.303
Cotas de Capital a Pagar (II)	1.349.996	1.218.857
TOTAL	4.167.876	4.242.750

(I) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	12.260	7.795
Impostos e Contribuições sobre Salários	217.237	205.709
Outros	32.141	41.535
TOTAL	261.638	255.039

c) Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	38.577	-	78.069	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (II)	436.090	-	428.357	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	801.050	-	645.865	-
Provisão para Demandas Judiciais (IV)	-	2.430.356	-	2.430.356
Diversas	15.697	-	265	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (V)	876.178	-	371.223	-
Credores Diversos – País (VI)	224.180	-	1.740.143	-
TOTAL	2.391.772	2.430.356	3.263.922	2.430.356

(I) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com fornecedores.

(II) Refere-se a saldo de conta salário.

(III) Refere-se a provisão para pagamento despesas com pessoal, provisões diversas e provisão dos juros ao capital.

(IV) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 1999 a 2004.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Provisão para Demandas Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais
Trabalhistas	90.000	90.000
Fiscais	2.340.356	2.340.356
TOTAL	2.430.356	2.430.356

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIAM**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, que tenham sido classificados com risco de perda possível.

(V) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 14.431.22 (R\$ 8.197.989 em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(VI) Refere-se a pagamentos a serem processados.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIAM** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos Períodos findos em 31 de dezembro de **2019** e **2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	30.827.985	29.860.285
Quantidade de Associados	3.142	2.702

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

b) Fundo Assemblear de Relacionamento Institucional – FARI

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 5%, utilizada para atender o sétimo princípio do cooperativismo foi criado o Fundo Assemblear de Relacionamento Institucional FARI para o desenvolvimento e equilíbrio das próprias comunidades e para o bem estar da população local desenvolvendo soluções de negócio e apoiando ações humanitárias.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

d) Destinações estatutárias e legais:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	8.000.342	1.011.366
Utilização de Recursos do FATES	1.615.183	-
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(998.584)	(118.547)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.616.941	892.819
Fundo de assist. técnica, educ. e social – 5% em 2019 e 10% em 2018	(430.847)	(89.282)
Fundo de Reserva – 30%	(2.585.083)	(267.846)
Fundo Assemblear de Relacionamento Institucional - FARI - 5%	(430.847)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	5.170.164	535.691
Sobras do exercício anterior	106.065	106.065
Sobras acumuladas	5.276.229	641.756

16. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2019	2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	226.505	185.891
Rendas de Empréstimos	24.516.891	21.163.015
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.038.228	561.511
Rendas de Financiamentos	3.085.075	2.796.015
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.323.654	799.370
TOTAL	34.190.352	25.505.803

17. Despesas de pessoal

Descrição	2019	2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(115.493)	(119.109)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.332.188)	(1.217.162)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(969.032)	(692.392)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.384.954)	(1.209.295)
Despesas de Pessoal - Proventos	(3.128.562)	(2.438.841)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(69.282)	(99.839)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(7.850)	(3.646)
TOTAL	(7.007.361)	(5.780.283)

18. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2019	2018
Despesas de Água Energia e Gás	(126.596)	(123.943)
Despesas de Aluguéis	(308.101)	(52.087)
Despesas de Comunicações	(575.187)	(329.722)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(34.368)	(46.600)
Despesas de Material	(64.268)	(43.392)
Despesas de Processamento de Dados	(122.168)	(75.520)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(185.856)	(93.911)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(93.062)	(95.925)
Despesas de Publicações	(1.980)	-
Despesas de Seguros	(487.615)	(1.420.807)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(662.341)	(616.675)
Despesas de Serviços de Terceiros	(286.011)	(229.576)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(27.276)	(73.461)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.001.495)	(410.587)
Despesas de Transporte	(162.226)	(172.745)
Despesas de Viagem ao Exterior	(36.297)	(5.110)
Despesas de Viagem no País	(408.316)	(431.676)
Outras Despesas Administrativas	(1.622.395)	(1.166.909)
Despesas de Amortização	(10.263)	(14.040)
Despesas de Depreciação	(295.521)	(278.971)
TOTAL	(6.511.342)	(5.681.657)

19. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2019	2018
Recuperação de Encargos e Despesas	291.277	933.427
Dividendos	45.860	30.782
Crédito Receita Sipag - Faturamento	449.186	24.834
Crédito Receita Sipag - Antecipação	616.342	166.418
Juros ao Capital	230.612	222.570
Deduções e Abatimentos	5.970	3.112
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	567.161	38.417
Reversão de Outras Provisões	404.867	-
Outras Rendas Operacionais	191.875	49.683
Rendas Juros Cartão de Crédito	765.214	-
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	87.492	-
TOTAL	3.655.856	1.469.243

20. Outras Despesas Operacionais

Descrição	2019	2018
Operações de Crédito - Desp. de Desc. Concedidos em Reneg.	(14.924)	-
Despesas de Provisões Passivas	(1.087.548)	(237.791)
Outras Despesas Operacionais	(500.798)	(375.247)
Descontos concedidos - operações de crédito	(187.940)	(138.124)
Cancelamento - tarifas pendentes	(163.583)	(92.261)
TOTAL	(1.954.793)	(843.423)

21. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	2.390.447	-
Ganhos de Capital	436	17.737
Reversão de Provisões não Operacionais	183.260	-
Outras Rendas não Operacionais	69.359	145.813
(-) Perdas de Capital	(348.111)	(71.582)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(576.880)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(287)	(1.000)
Resultado Líquido	1.718.224	90.968

22. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. No exercício de **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 1.633.602 (R\$ 2.254.599 em 2018).

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no período de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	803.771	0,38%	525
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.275.581	0,60%	1302
TOTAL	2.079.351	0,98%	1826
Montante das Operações Passivas	1.983.966	3,10%	

Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	75.689	8.343	2,61%
Conta Garantida	28.050	2.857	0,45%
Empréstimo	541.023	19.299	0,64%
Financiamento	396.511	47.532	2,16%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	351.395	1,94%	0%
Depósitos a Prazo	7.481.301	12,50%	0,36%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	2,27%
Financiamento	1,48%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,58%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,31%
Aplicações Financeiras	3,10%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	7.469
Empréstimo	940.354
Financiamento	910.390

No Exercício **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédulas de presença, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(115.493)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.332.188)
Encargos Sociais	(354.847)

24. Cooperativa Central

O **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE MANAUS - SICOOB UNIAM**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC BRASIL CENTRAL AMAZONIA OCIDENTAL MUNIC UBÁ - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIAM** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

25. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR* – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

25.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	51.005.809	42.198.207
Capital Principal - CP	14.220.431	11.862.586
Nível I	14.220.431	11.862.586
Índice de Basiléia %	43,04%	42,69%
Razão de Alavancagem (RA) %	32,29%	31,51%
Índice de imobilização %	6,44%	6,31%
Ativos Ponderados pelos Riscos	118.503.593	98.854.885

Asdrúbal Francisco Epaminondas de Melo
Presidente

Carlos Alves Diniz
Diretor Executivo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus – Sicoob UNIAM
Manaus/AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus – Sicoob UNIAM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UNIAM em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob UNIAM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 1º de abril de 2020.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090